

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI /2013.

994

Determina que Boates, Danceterias e Casas Noturnas, da Cidade de Vitória disponibilizem terminais de consultas a seus clientes para controle, gradativo, de suas respectivas despesas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, Estado do Espírito Santo, no uso legal de suas atribuições.

DECRETA:

Art. 1º Ficam todas as boates, danceterias, casas noturnas e todos os comércios, da Cidade de Vitória, com sistema de consumo de comanda obrigados a disponibilizar terminais de consulta de consumo de comanda para o controle gradativo das despesas pelos consumidores.

Parágrafo Único: Os terminais de consulta devem ser independentes e exclusivos para esse fim, em locais visíveis e de fácil acesso.

Art. 2º A quantidade de terminais serão estipuladas proporcionalmente a capacidade do estabelecimento.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará ao infrator, sucessivamente, às seguintes sanções:

- I - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada infração;
- II - Na reincidência, o dobro do valor da multa;
- III - Suspensão do Alvará de funcionamento expedido pelo Município.

Art. 4º A fiscalização para o cumprimento da presente lei e aplicação das penalidades nela prevista ficará a cargo do Poder Executivo, através de seus órgãos competentes e das estruturas já existentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após a data de sua publicação garantindo prazo de 60 dias de adequação aos estabelecimentos nela previstos.

Palácio Atílio Vivacqua, em 01 de fevereiro de 2013.


Nany Chequer
Vereador PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

O Projeto apresentado pretende garantir ao Munícipe um mecanismo de controle, através de terminais específicos para o seu uso, a maioria das boates e casas noturnas da nossa cidade utiliza o sistema de cartão eletrônico para registrar os gastos oriundos da prestação dos serviços oferecidos, não oferecendo ao consumidor nenhuma segurança sobre os seus gastos, negando a estes o direito a informação além de causar vários outros danos aos direitos e a própria relação consumerista.

O movimento pró-consumidor está grafado no artigo 5º, inciso XXXII, no capítulo relativo aos "direitos e deveres individuais e coletivos", onde diz que dentre os deveres impostos ao Estado brasileiro, está o de promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

A pretensão atende a direitos fundamentais do cidadão, quais sejam o da segurança, da proteção aos seus interesses econômicos e da informação, este ultimo, disposto tanto na CF em seu Art. 5º, inc. XIV, que resguarda ao cidadão o direito a informação, estando ainda atendendo ao Código de Defesa do Consumidor no Art. 4º Caput, vejamos:

Art. 4º - A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, ... (in omissis)

Destarte, cabe ao Estado garantir ao consumidor seus direitos estabelecidos pela Constituição e demais normas, sendo de competência do Município a elaboração de Leis no que diz respeito ao interesse do consumidor Local.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Atualmente neste Município não há maneira em que o consumidor possa controlar seus gastos dentro dos estabelecimentos que utilizam do sistema de comanda, só tendo o real conhecimento do valor devido no momento que se encontra na boca do caixa para efetuar o pagamento, sendo um atentado às garantias consumeristas.

Em fração de segundos o consumidor é obrigado a analisar toda a sua conta e fazer o somatório de suas despesas, passando por constrangimento ao perceber que está sendo cobrado indevidamente por algo que não lhe foi oferecido, uma vez que a fila tem que ser paralisada até que o infortúnio seja resolvido, gerando um incomodo para todos outros consumidores e desgastando a relação entre o consumidor/empresa, uma vez que gera atrito com todas as partes envolvidas.

Assim, com a aprovação da presente matéria o consumidor passa ter acesso a todas as informações necessárias para o bom andamento do serviço sem qualquer tipo de cerceamento ou constrangimento. Vale ressaltar que algumas boates do país já utilizam este terminal de consulta com sucesso e ampla aprovação dos frequentadores.

Logo, o presente projeto é de competência Municipal uma vez que é de interesse dos consumidores local, sanando uma série de problemas, dentre eles, minorando os atritos e a hipossuficiência da relação consumidor e boates, casas de shows e similares garantindo a harmonia dentre os indivíduos.

Palácio Atílio Vivacqua, em 01 de fevereiro de 2013.


Namy Chequer
Vereador PCdoB